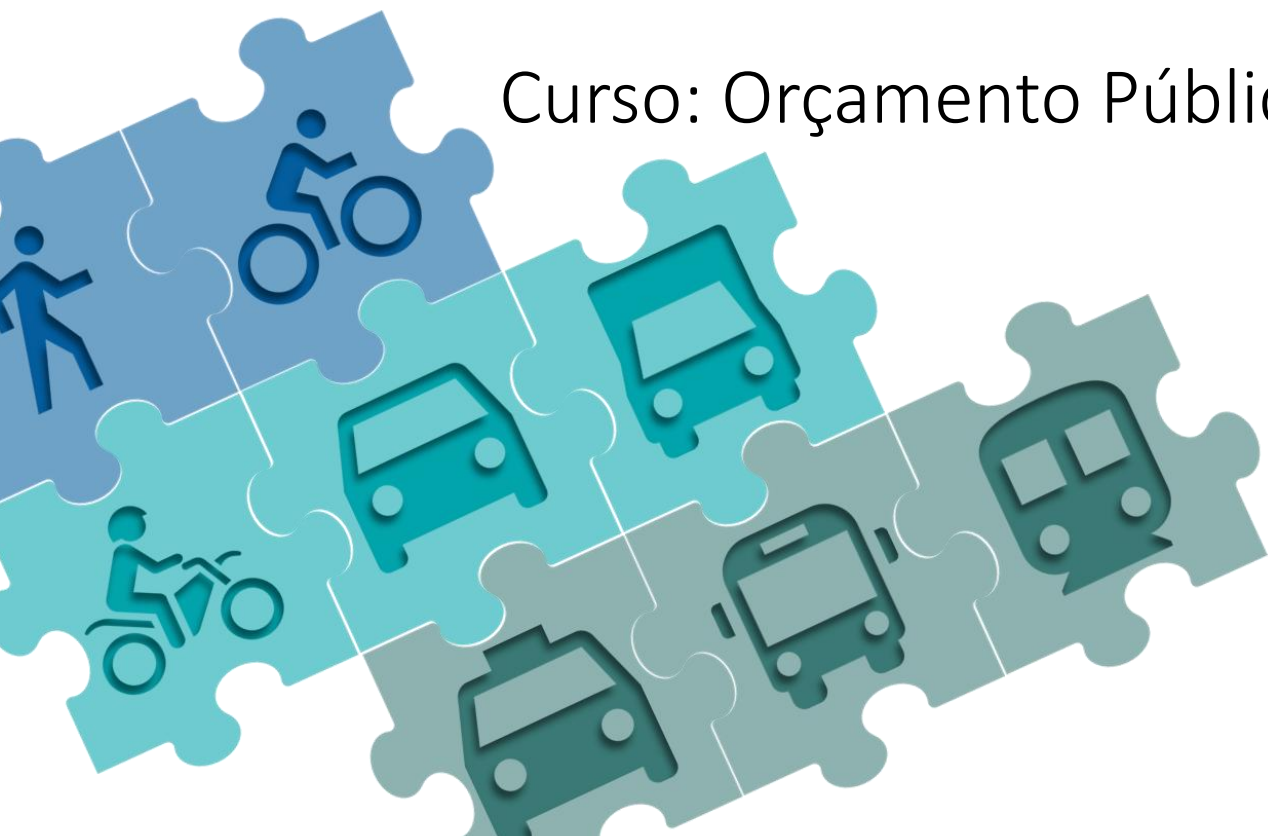


Escola do Legislativo da Câmara Municipal de Belo Horizonte

Curso: Orçamento Público e Mecanismos
de Participação

17/09/2019

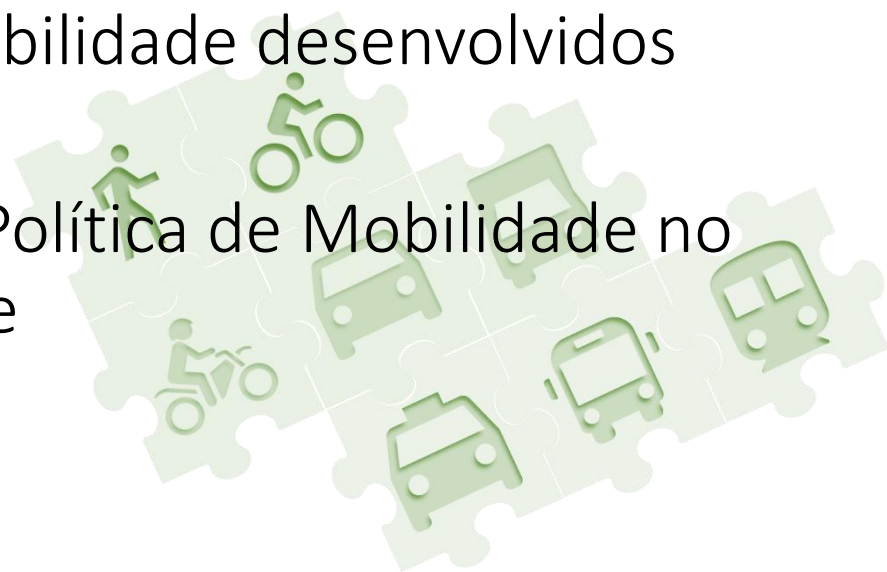


Políticas Públicas em Debate



Conteúdo Programático:

1. Funcionamento da Política Pública de Mobilidade: estrutura, organização, competências
2. Principais programas de mobilidade desenvolvidos pela Prefeitura
3. Execução orçamentária da Política de Mobilidade no município de Belo Horizonte



Políticas Públicas em Debate



Conteúdo Programático:

- 1. Funcionamento da Política Pública de Mobilidade: estrutura, organização, competências**
2. Principais programas de mobilidade desenvolvidos pela Prefeitura
3. Execução orçamentária da Política de Mobilidade no município de Belo Horizonte



Sumário



1. Política Nacional de Mobilidade



2. Diretrizes para o Planejamento e Gestão da Mobilidade



3. Plano de Mobilidade Urbana





Política Nacional de Movilidad

Política Nacional de Mobilidade



- Integração entre os diferentes modos de transporte e a melhoria da acessibilidade e mobilidade das pessoas e cargas no território do município
- Instrumento da política de desenvolvimento urbano de que trata a Constituição Federal:
 - O inciso XX do artigo 21
 - O artigo 182

Política Nacional de Mobilidade



Art. 21. Compete à União:

XX - instituir diretrizes para o desenvolvimento urbano, inclusive habitação, saneamento básico e **transportes urbanos**

Art. 182. A política de desenvolvimento urbano, executada pelo poder público municipal, conforme **diretrizes gerais fixadas em lei**, tem por objetivo ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e garantir o bem-estar de seus habitantes

Estatuto da Cidade



- Lei 10.257/01: Diretriz: **obrigatoriedade do planejamento urbano**, instrumento fundamental necessário para o crescimento sustentável das cidades brasileiras.
- Art. 3º Compete à União, entre outras atribuições de interesse da política urbana:
 - *IV - instituir diretrizes para desenvolvimento urbano, inclusive habitação, saneamento básico, transporte e **mobilidade urbana**, que incluam regras de acessibilidade aos locais de uso público; (Redação dada pela Lei nº 13.146, de 2015)*
- Lei nº 13.146, de 2015: Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência)

Política Nacional de Mobilidade



LEI Nº 12.587, DE 3 DE JANEIRO DE 2012

Tem por objetivo contribuir para o **acesso universal à cidade**, o fomento e a concretização das condições que contribuam para a **efetivação dos princípios, objetivos e diretrizes da política de desenvolvimento urbano**, por meio do planejamento e da gestão democrática do Sistema Nacional de Mobilidade Urbana.

Política Nacional de Mobilidade Urbana

PRINCÍPIOS

- Acessibilidade universal
- Desenvolvimento sustentável
- Equidade no acesso ao transporte público coletivo



Política Nacional de Mobilidade Urbana

PRINCÍPIOS

- Eficiência, eficácia e efetividade na prestação dos serviços de transporte urbano
- Gestão democrática e controle social
- Segurança

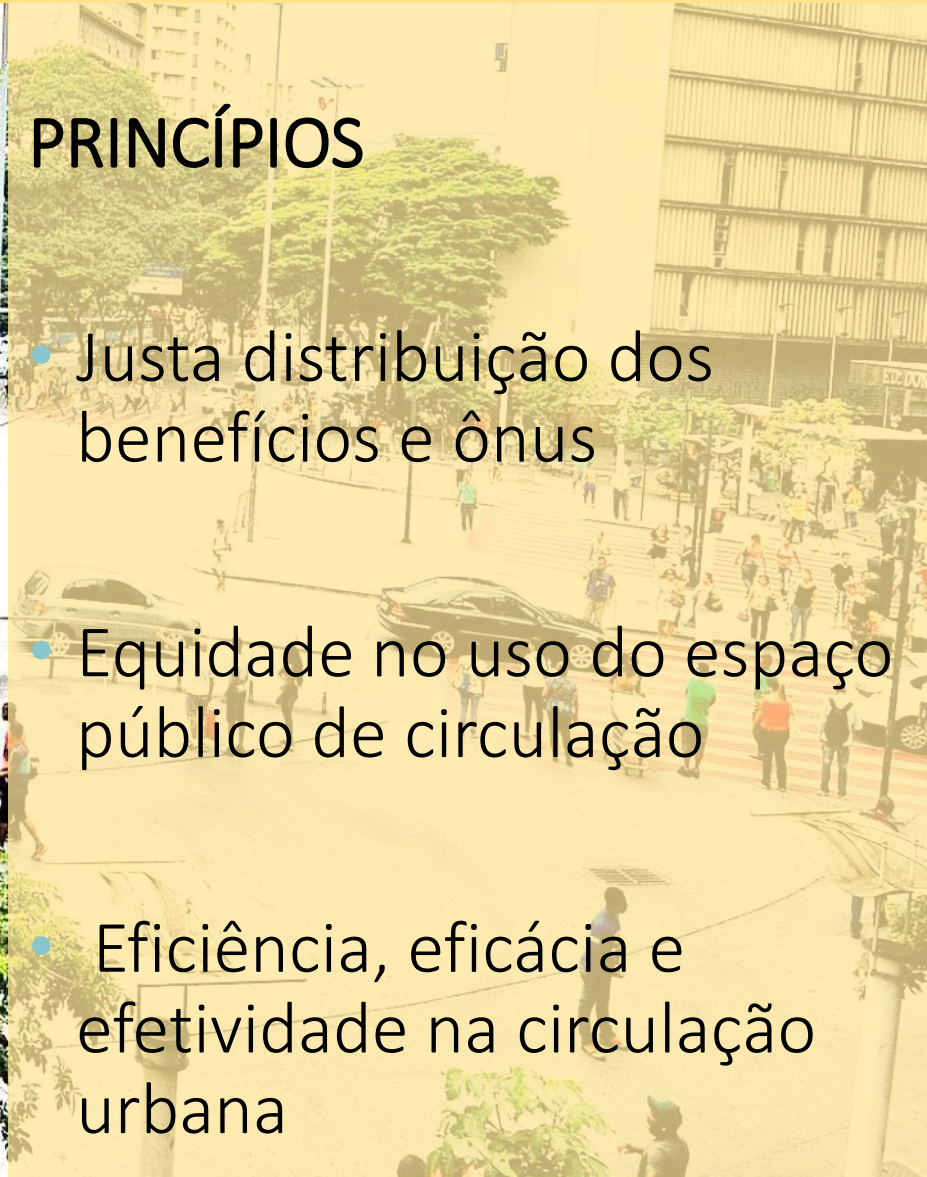


Política Nacional de Mobilidade Urbana

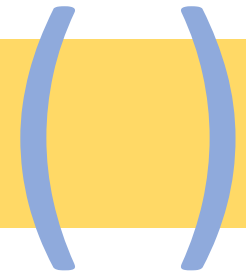


PRINCÍPIOS

- Justa distribuição dos benefícios e ônus
- Equidade no uso do espaço público de circulação
- Eficiência, eficácia e efetividade na circulação urbana



Parêntesis

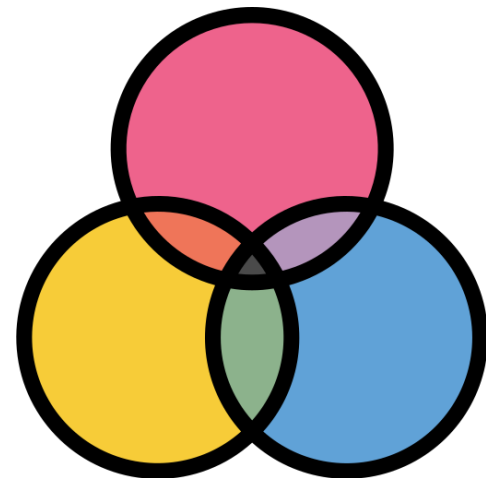


- Eficiência: é quando algo é realizado da melhor maneira possível, ou seja, com menos desperdício ou em menor tempo
- Eficácia: é quando um projeto/produto/pessoa atinge o objetivo ou a meta
- Efetividade: é a capacidade de fazer uma coisa (eficácia) da melhor maneira possível (eficiência)

Política Nacional de Mobilidade Urbana

DIRETRIZES

- **Integração com a política de desenvolvimento urbano e respectivas políticas setoriais de habitação, saneamento básico, planejamento e gestão do uso do solo no âmbito dos entes federativos;**



Política Nacional de Mobilidade Urbana

DIRETRIZES

- **Prioridade dos modos** de transportes **não motorizados** sobre os motorizados e dos serviços de **transporte público coletivo** sobre o transporte individual motorizado



Política Nacional de Mobilidade Urbana



Política Nacional de Mobilidade Urbana

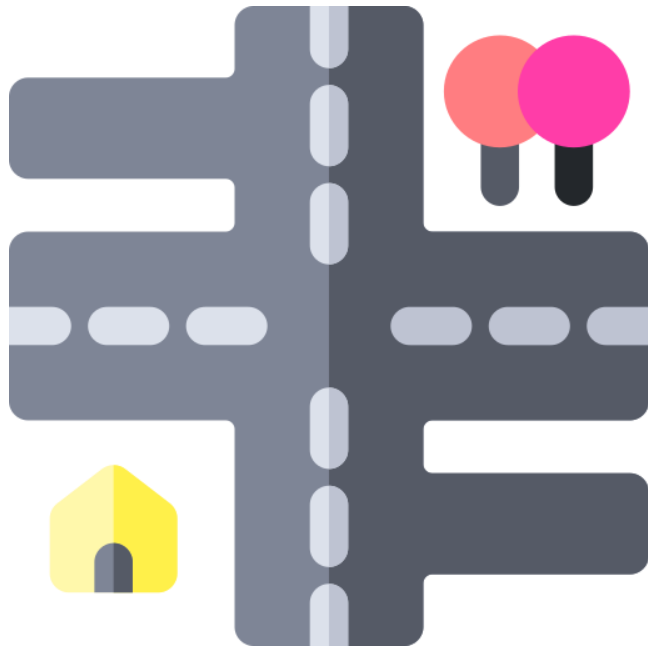
DIRETRIZES



- **Integração** entre os modos e serviços de transporte urbano
- **Mitigação dos custos** ambientais, sociais e econômicos dos deslocamentos de pessoas e cargas na cidade
- Incentivo ao **desenvolvimento científico-tecnológico** e ao uso de **energias renováveis** e menos poluentes

Política Nacional de Mobilidade Urbana

DIRETRIZES

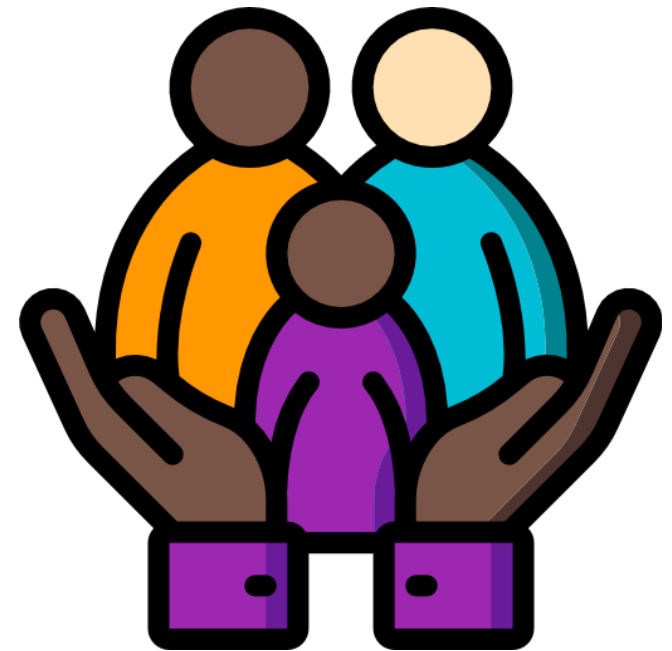


Priorização de projetos de transporte público coletivo **estruturadores** do território e indutores do desenvolvimento urbano integrado

Política Nacional de Mobilidade Urbana

OBJETIVOS

- Reduzir as desigualdades e promover a **inclusão social**
- Promover o **acesso aos serviços básicos** e equipamentos sociais



Política Nacional de Mobilidade Urbana

OBJETIVOS

- Proporcionar melhoria nas condições urbanas da população no que se refere à **acessibilidade** e à mobilidade
- Promover o **desenvolvimento sustentável** com a mitigação dos custos ambientais e socioeconômicos dos deslocamentos de pessoas e cargas nas cidades



Política Nacional de Mobilidade Urbana

OBJETIVOS

- Consolidar a **gestão democrática** como instrumento e garantia da construção contínua do aprimoramento da mobilidade urbana.



Política Nacional de Mobilidade



SOBRE A Política Tarifária no Transporte Público Coletivo

Custos dos serviços de transporte público compartilhados por beneficiários diretos e indiretos, **não onerando exclusivamente os usuários**

Subsídio tarifário: receitas alternativas provenientes de beneficiários indiretos do sistema

Superávit tarifário: é compulsório que a receita adicional seja aplicada no próprio Sistema de Mobilidade

Política Nacional de Mobilidade



SOBRE Os Serviços de Transporte Público

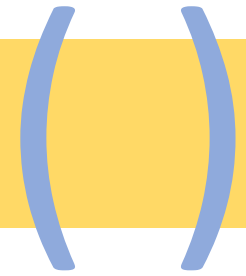
- Contratações por licitações: leis nº 8.666/93 (Lei das Licitações) e nº 8.987/95 (Lei das Concessões)
- Fixação de metas de qualidade e desempenho, incentivos e penalidades aplicáveis, riscos econômicos e financeiros, condições e meios de controle pelo concedente e fontes de receita extratarifárias

Política Nacional de Mobilidade



- Fretamento: passa a depender de autorização pública
- Táxis: regulamentados e fiscalizados pelo poder público municipal, com base nos requisitos de segurança, conforto, higiene, qualidade e fixação de tarifa máxima na prestação do serviço, bem como nas exigências do Código de Trânsito Brasileiro.

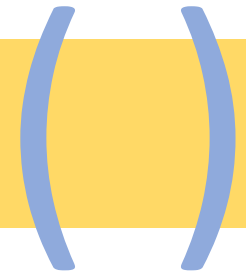
Parêntesis



APLICATIVOS

- O Uber chegou ao Brasil em 2014
- A LEI Nº 12.578 DE 2012 – Lei da Mobilidade - não tratou esse este serviço os similares.
- A PGR emitiu parecer: "apenas lei federal pode interferir sobre o transporte privado individual de passageiros organizado por aplicativos online como atividade de interesse público“

Parêntesis



APLICATIVOS

- LEI FEDERAL Nº 13.640 DE 26 DE MARÇO DE 2018
- Confere aos Municípios (e ao Distrito Federal) competência exclusiva para regulamentar e fiscalizar o serviço de transporte remunerado privado individual de passageiros

Parêntesis



APLICATIVOS

- LEI MUNICIPAL Nº 11.185, DE 13 DE AGOSTO DE 2019
- Dispõe sobre o uso do sistema viário urbano do Município para a prestação de serviços de transporte individual privado remunerado de passageiros, e dá outras providências.

Política Nacional de Mobilidade



SOBRE OS usuários

- A Lei dedica um artigo completo para descrever **direitos essenciais dos usuários** do Sistema Nacional de Mobilidade Urbana, como receber o serviço de forma adequada ou ter um ambiente seguro e acessível
- É direito do usuário **participar do planejamento**, da fiscalização e da avaliação da política local de mobilidade urbana

Política Nacional de Mobilidade



A base de uma política urbana com participação popular está no reconhecimento de que a participação nas políticas públicas é um direito dos cidadãos



Política Nacional de Mobilidade



Art. 15. A participação da sociedade civil no planejamento, fiscalização e avaliação da Política Nacional de Mobilidade Urbana deverá ser assegurada pelos seguintes instrumentos:

I - **órgãos colegiados** com a participação de representantes do Poder Executivo, da sociedade civil e dos operadores dos serviços;

Política Nacional de Mobilidade



II - **ouvidorias** nas instituições responsáveis pela gestão do Sistema Nacional de Mobilidade Urbana ou nos órgãos com atribuições análogas

III - audiências e **consultas públicas**

IV - procedimentos sistemáticos de comunicação, de **avaliação da satisfação** dos cidadãos e dos usuários e de **prestação de contas públicas**

Política Nacional de Mobilidade



O QUE COMPETE À UNIÃO

- **Fomentar** a implantação de projetos de mobilidade
Oferecer prestação de **assistência técnica e financeira** aos demais entes federados
- Prover os municípios de **capacitação** contínua
- **Apoiar ações coordenadas** entre Estados e Municípios
- Disponibilizar um **sistema nacional de informações** sobre mobilidade: *SIMU - Sistema de Informações em Mobilidade Urbana (Ministério das Cidades)*

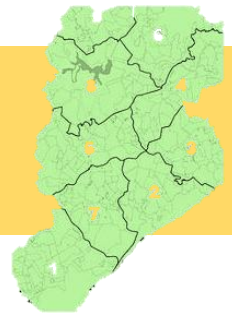
Política Nacional de Mobilidade



O QUE COMPETE AOS ESTADOS

- Gerir e integrar os aglomerados urbanos e as regiões metropolitanas, além de prestar serviços de **transporte coletivo intermunicipal urbano**
- Adotar **incentivos financeiros e fiscais** que podem refletir na redução dos custos e no aumento da qualidade dos serviços

Política Nacional de Mobilidade



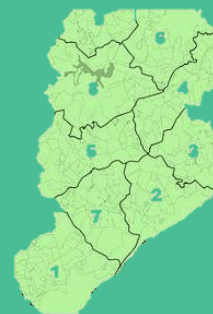
O QUE COMPETE AOS MUNICÍPIOS

- Planejar e executar a **política de mobilidade urbana**
- **Gerir** a política de mobilidade urbana e de **regulamentar** os serviços de transporte urbano

*Os entes devem atuar no limite das respectivas leis de diretrizes orçamentárias e leis orçamentárias anuais, além de observar a **Lei de Responsabilidade Fiscal**.*

Política Nacional de Mobilidade

Apesar de cada ente possuir atribuições específicas, é importante que União, Estados e Municípios trabalhem de forma conjunta e integrada para alcançar os objetivos da Política Nacional de Mobilidade Urbana.





Diretrizes para o planejamento e Gestão



Lei da Mobilidade Urbana



DESAFIO: Frota de veículos atual é de 102 milhões

Fonte: Ministério das Cidades, DENATRAN - Departamento Nacional de Trânsito



Lei da Mobilidade Urbana



Antes da Lei:

A aplicação efetiva dos princípios e só ocorria:

- Municípios alinhados
- Programas de financiamento
- Repasse de recursos



Lei da Mobilidade Urbana



Depois da Lei:

- Segurança jurídica para que os municípios adotem medidas
- Investimentos podem ser contestados judicialmente se não se adequarem aos princípios, diretrizes e objetivos previstos em Lei



Planejamento e Gestão



- Deve ser **objetivo permanente** dos órgãos gestores para que se atinja um **alto padrão** de mobilidade com um adequado atendimento à população



- A Lei de Mobilidade define alguns **elementos essenciais** que devem ser contemplados.

Planejamento e Gestão



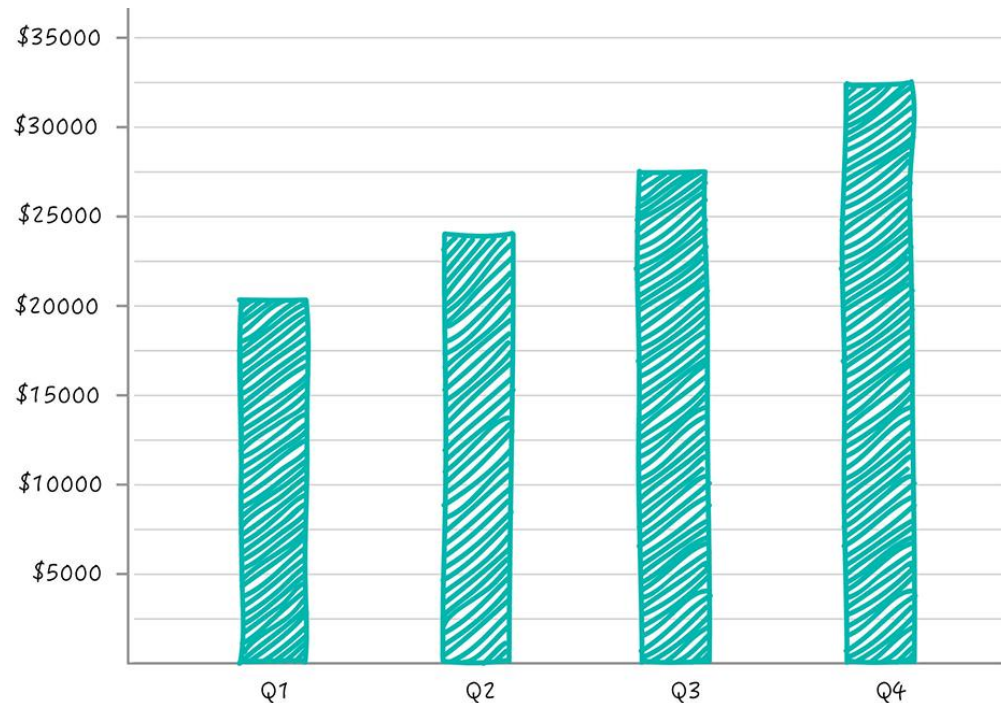
- Definição dos **objetivos** de curto, médio e longo prazo
- Identificação dos **meios financeiros** e institucionais para implantação e execução dos sistemas de mobilidade



Planejamento e Gestão



- Monitoramento, por meio de indicadores, das **metas de atendimento e universalização da oferta** de transporte público coletivo.



Mobilidade Urbana Sustentável



Mecanismos para que os municípios implementem os princípios e diretrizes e cumpram os objetivos estabelecidos na Lei de Mobilidade:

- **Controle da demanda** por viagens de automóveis
- **Estímulo ao uso** de modos não motorizados e transporte público coletivo

Mobilidade Urbana Sustentável



- **Acesso restrito a veículos motorizados** em determinados locais e horários visando uma maior utilização do espaço público por pedestres e ciclistas
- Adoção de padrões para **controle de poluentes**, em locais e horários determinados, com a possibilidade de condicionamento da circulação e do acesso ao atingimento da meta estipulada
- Aplicação de tributos sobre modos e serviços, ou seja, **cobrança** aos usuários de automóveis **pela infraestrutura utilizada**

Mobilidade Urbana Sustentável



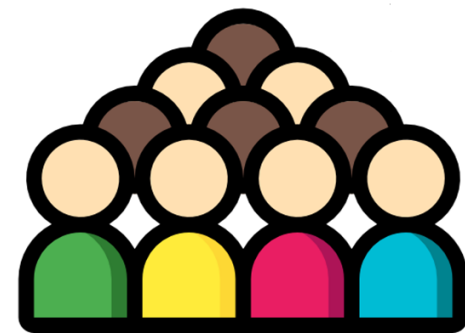
- Definição de **faixas exclusivas** para o transporte coletivo e para os modos não motorizados, como forma de distribuir de forma mais justa o uso do espaço físico das vias e privilegiar pedestres e ciclistas
- **Controle** de áreas de **estacionamento** de uso público e privado
- **Controle do uso** e da operação da **infraestrutura viária** destinada à circulação e operação do transporte de **carga**, com prioridades ou restrições, em função da proposta de gestão do local



Plano de Mobilidade



- Instrumento de efetivação da política
- **Até a Lei da Mobilidade**, o Estatuto da Cidade estabelecia: obrigatório para municípios com mais de **500 mil** habitantes
- Lei da Mobilidade: acima de **20 mil** habitantes



PRAZOS

- Inicial: até 2015
- Prorrogado para abril de 2018 e depois para abril de 2019
- A Lei da Mobilidade prevê que os planos devem ser avaliados, revisados e atualizados no prazo máximo de 10 (dez) anos



- Deve colocar em prática os princípios, objetivos e diretrizes da Política Nacional da Mobilidade Urbana
- Ferramenta do planejamento sistêmico da mobilidade urbana do município, agrega os instrumentos de promoção da acessibilidade à cidade e os princípios de desenvolvimento sustentável



Além dos princípios, objetivos e diretrizes da lei, o Plano de Mobilidade deve contemplar:

I - os serviços de transporte público coletivo

II - a circulação viária

III - as infraestruturas do sistema de mobilidade urbana

IV - a acessibilidade para pessoas com deficiência e restrição de mobilidade



V - a integração dos modos de transporte público e destes com os privados e os não motorizados

VI - a operação e o disciplinamento do transporte de carga na infraestrutura viária

VII - os polos geradores de viagens

VIII - as áreas de estacionamentos públicos e privados, gratuitos ou onerosos



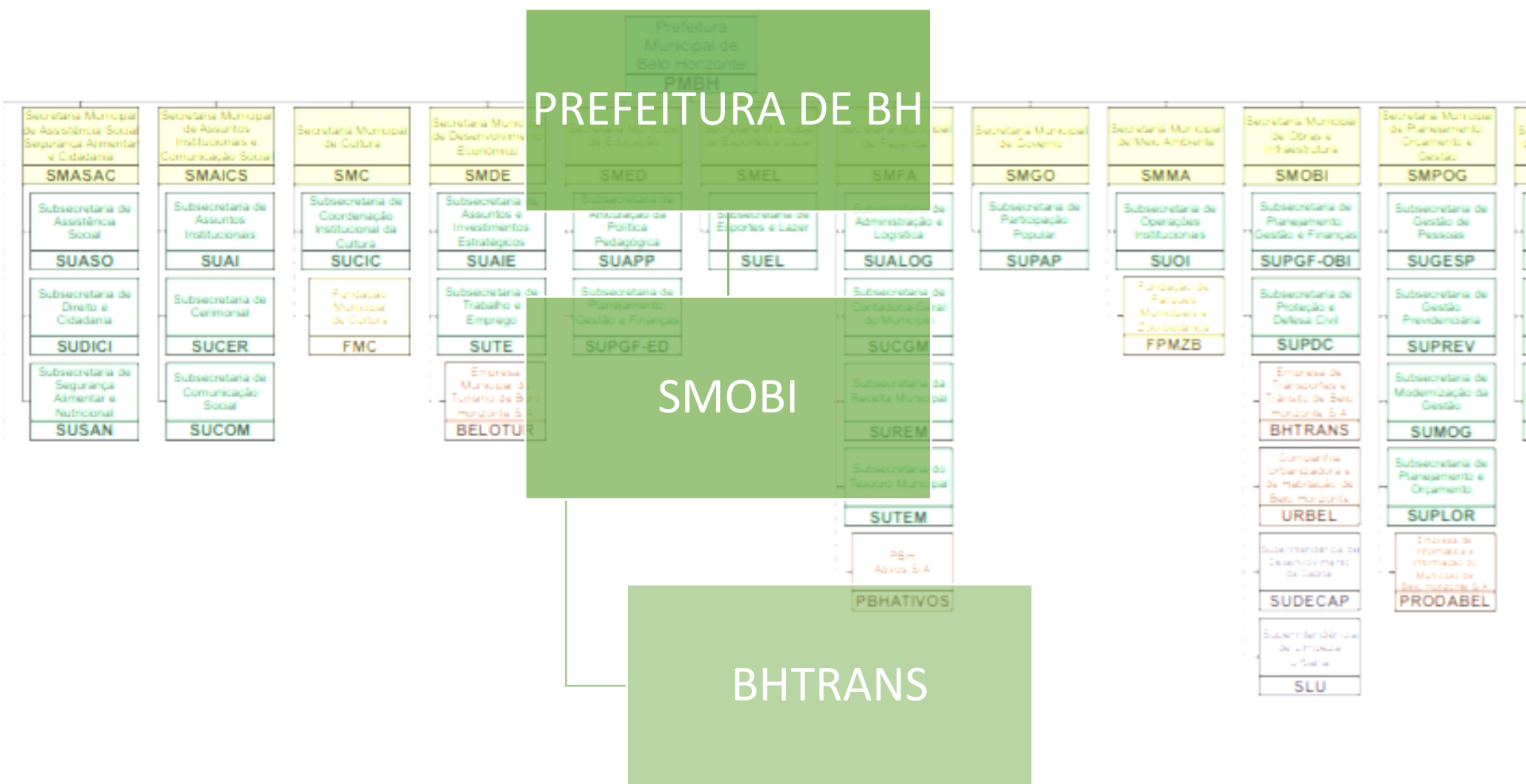
IX - as áreas e horários de acesso e circulação restrita ou controlada

X - os mecanismos e instrumentos de financiamento do transporte público coletivo e da infraestrutura de mobilidade urbana

XI - a sistemática de avaliação, revisão e atualização periódica do Plano de Mobilidade Urbana em prazo não superior a 10 (dez) anos



Plano de Mobilidade Urbana



Políticas Públicas em Debate



Conteúdo Programático:

1. Funcionamento da Política Pública de Mobilidade :
estrutura, organização, competências
- 2. Principais programas de mobilidade desenvolvidos
pela Prefeitura**
3. Execução orçamentária da Política de Mobilidade no
município de Belo Horizonte





PlanMobBH – 2010/ 2030

Sumário



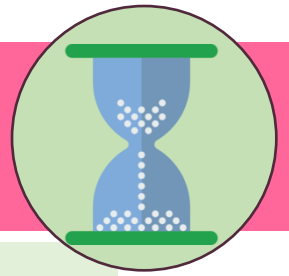
1. Concepção
2. A Cidade
3. Plano de Gestão da Demanda e Melhoria da Oferta
4. Plano de Implantação, Gestão e Monitoramento
5. Planejamento Estratégico



Concepção



Linha do Tempo



2001 Estatuto da Cidade

PlanMob – 2020

2008 • Início do Desenvolvimento

2010 • Término do Desenvolvimento

2012 Lei Nacional da Mobilidade

2013 Decreto do PlanMob (15.317 de 2 /SET)

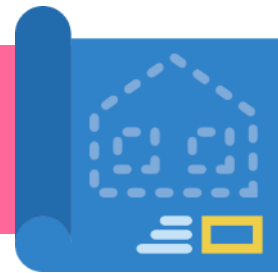
- **Revisão a cada 4 anos**

Revisão do PlanMob – 2030

2014 • Início da Revisão

2017 • Término da revisão

Desenvolvimento do PlanMob



Lei Federal
Política Nacional de
Mobilidade Urbana

Decreto Municipal



PlanMob-
BH 2010



ObsMob-BH

Decreto Municipal



CoMUrb

plan
mobBH
2030

Planejamento
Estratégico
BH2030



IV CPMU

Novo Plano
Diretor
Urbanístico

Ampla
Participação Social

Parcerias



APOIO INSTITUCIONAL:

BID

IEMA/ LOGIT

ITDP

Ministério das Cidades

WRI



COMITÊ TÉCNICO (Órgãos):

Municipais: BHTRANS, SMAFIS, SMAGC, SMAPL, SMAPU, SMARU, SMED, SMMA, SMPS, SMSA, SUDECAP, URBEL

Estaduais: ARMBH, DER, SEDRU, SETOP

Federais: CBTU

Principais Fontes



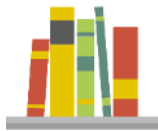
- Plano de Redução de Emissões de Gases de Efeito Estufa – PREGEE



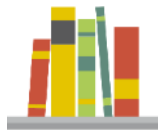
- Resultado da IV Conferência de Política Urbana



- Projeto de Lei 1749/15 – Novo Plano Diretor



- Análise da Pesquisa Origem e Destino 2012



- Planejamento Estratégico BH 2030



- PlanMobBH 2010



Pesquisas Realizadas



- Contagem Volumétrica



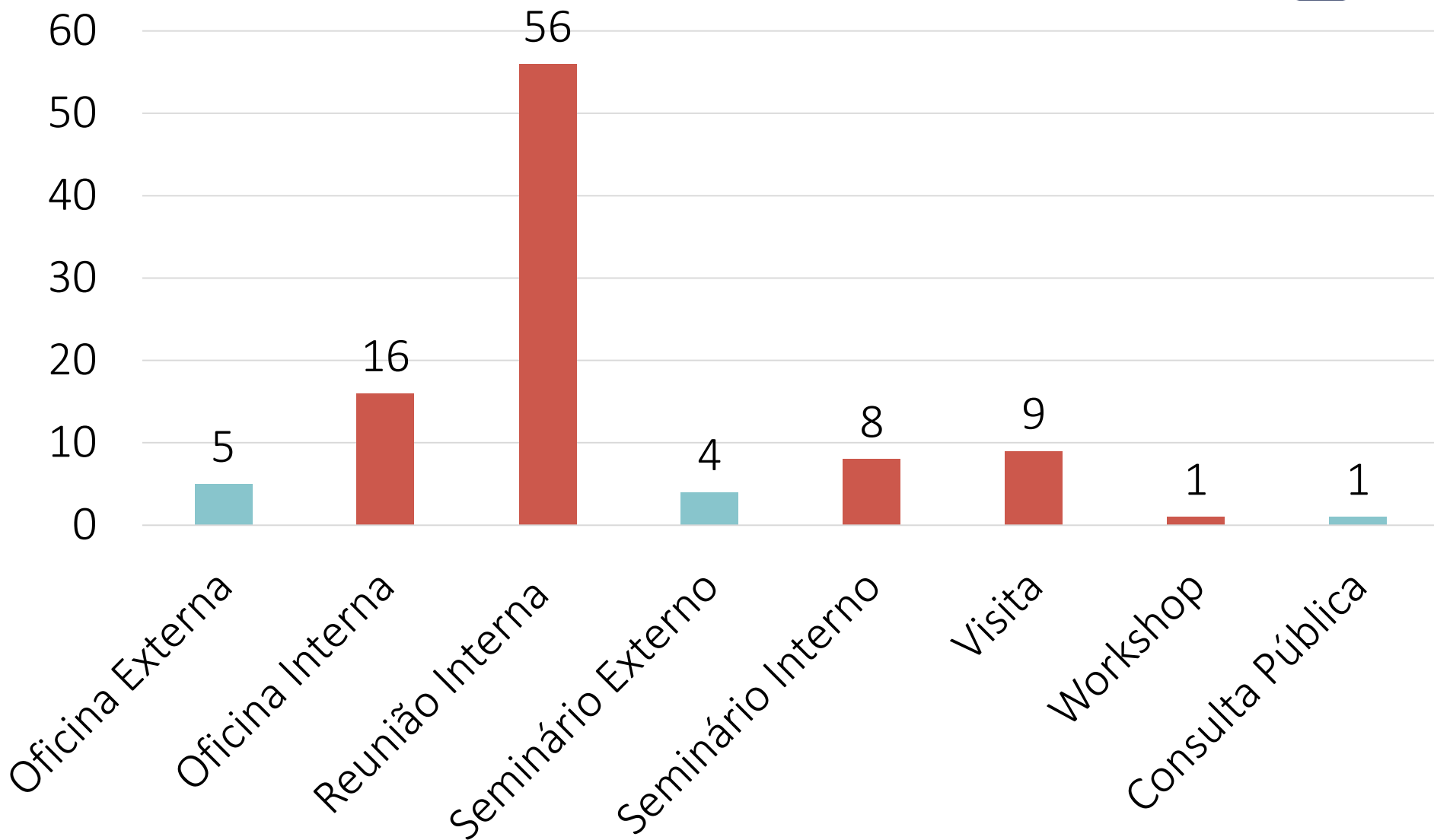
- Ocupação Visual e Frequência de Ônibus



- Velocidade Média do Transporte Coletivo e do Individual



100 Eventos (dez/14 a dez/16)





A Cidade





293 linhas



3 mil veículos



1,8 milhões pass/dia



28 km



35 Trens



19 Estações



230 mil pass/dia

MÁXIMO 5 HORAS

USO OBRIGATÓRIO DO TÁLÃO

8h às 18h Sábado: LIVRE



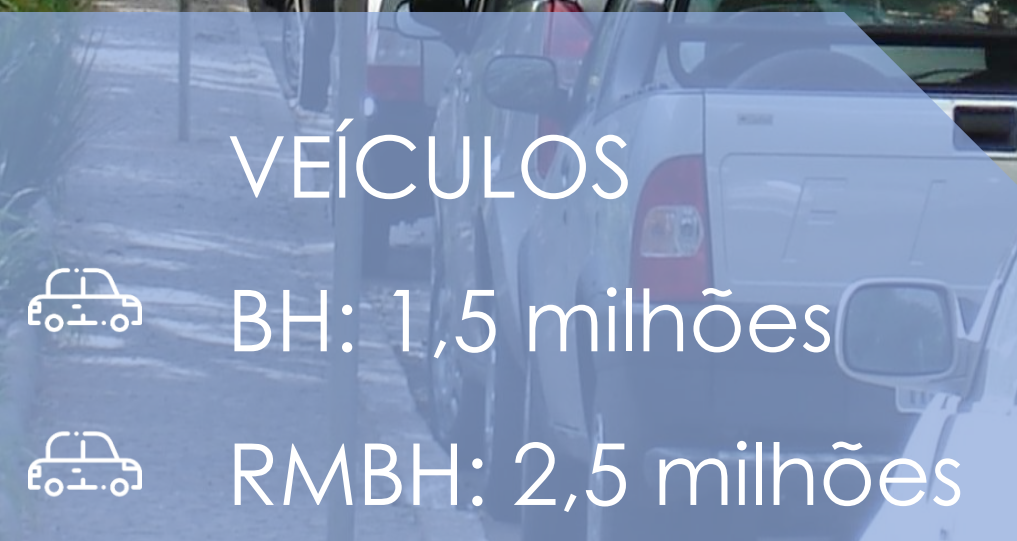
VEÍCULOS



BH: 1,5 milhões



RMBH: 2,5 milhões





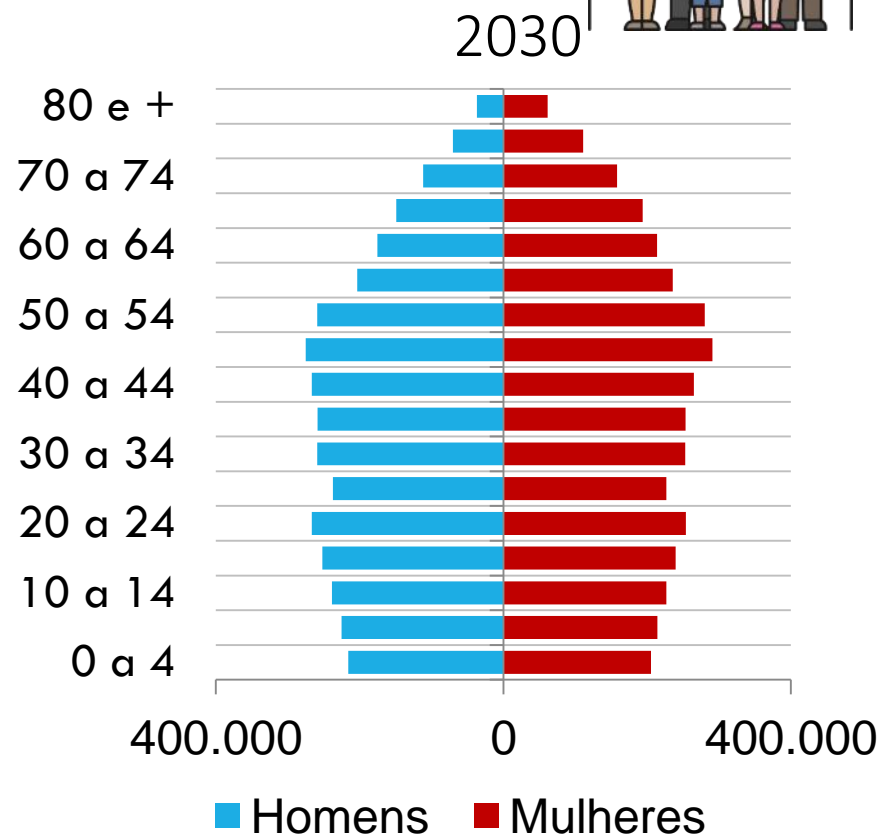
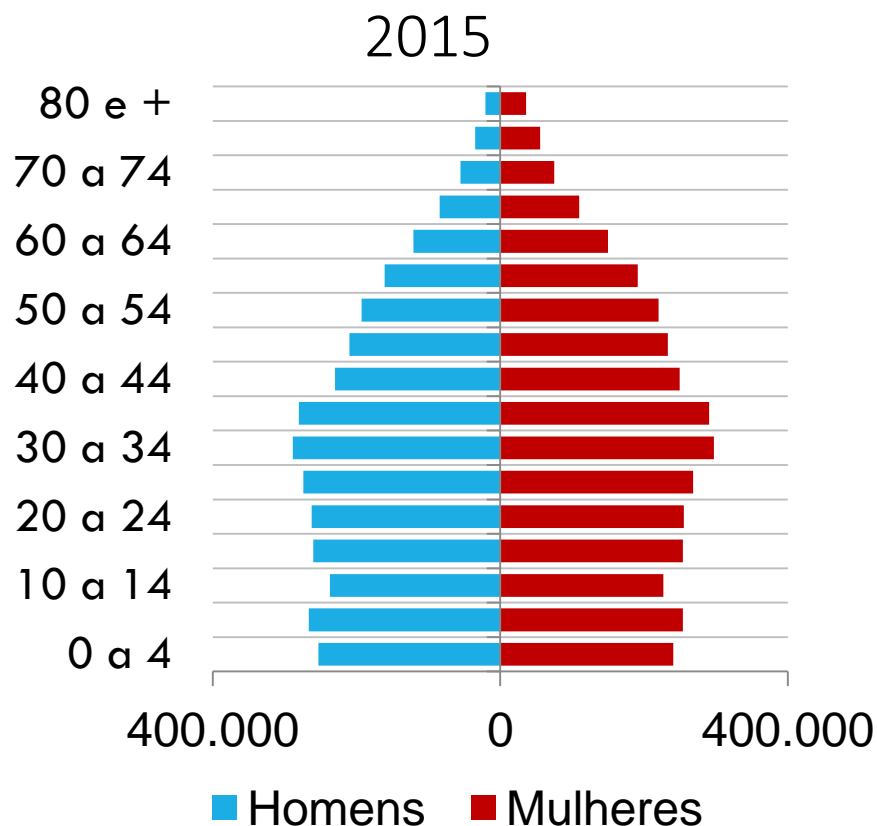
VIAGENS

6,3 milhões/dia (BH)

2,7 por habitante/dia



Perfil Etário

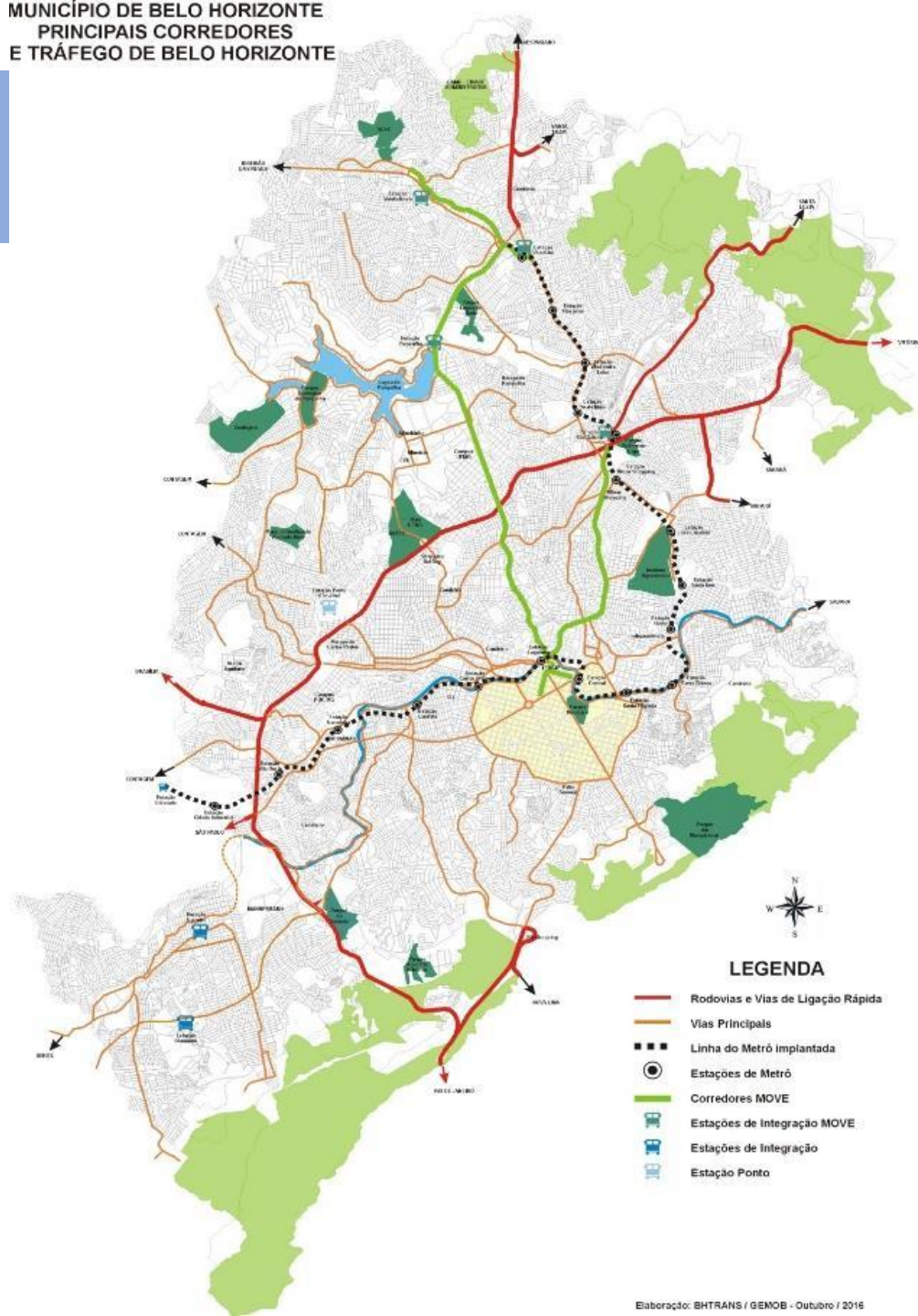


IMPACTO direto na mobilidade em função do envelhecimento

Rede Viária



- Aproximadamente 5.100 km.
- Dos 2.129 quilômetros de via com circulação do transporte coletivo, apenas 27,7 km (1,3%) foram tratados para priorizar a sua operação.



T. Coletivo



- Frota: 2.960 veículos (MOVE: 429)
- Passageiros transportados: 37.683.761/ mês (MOVE 500.000/dia)
- Viagens realizadas: 724.510/ mês
- Abrigos: 2.331 unidades

Suplementar



- Frota: 276 veículos
- Passageiros transportados: 2.581.183/ mês
- Viagens realizadas: 49.544/ mês

Metrô



- Linha 1: 28,1 km de extensão
- Frota: 35 TUEs (Trem Unidade Elétrico)
- Demanda: 230 mil passageiros/dia

Taxi



- Serviços: convencional, especial, acessível e lotação
- Frota: 6.992 veículos, sendo 60 acessíveis

R. Cicloviária



- Extensão: 83,28 km de ciclovias/ciclofaixas
- Bicletários/paraciclos: 125 unidades

Bike BH



- Bicicletas: 400
- Estações: 40 - Área Central (34 estações) e Orla da Lagoa da Pampulha (6 estações)

T. Individual



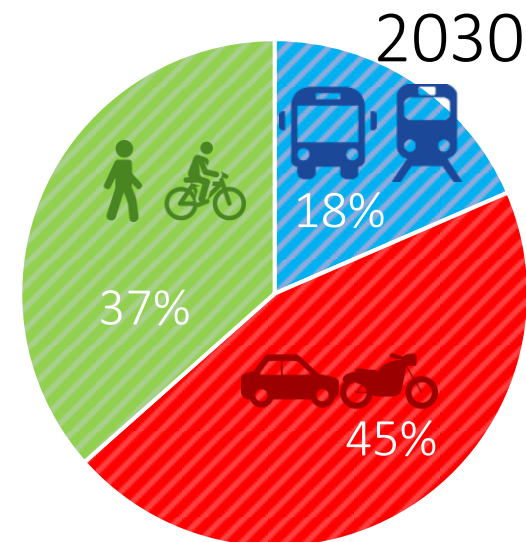
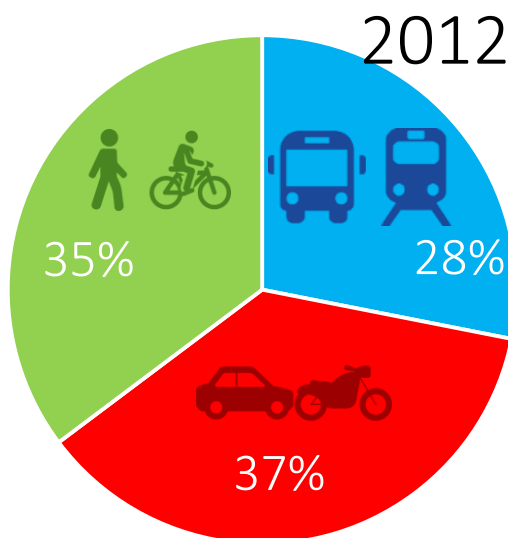
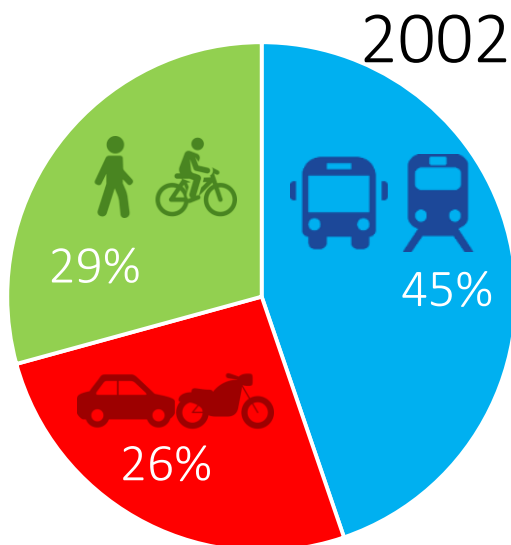
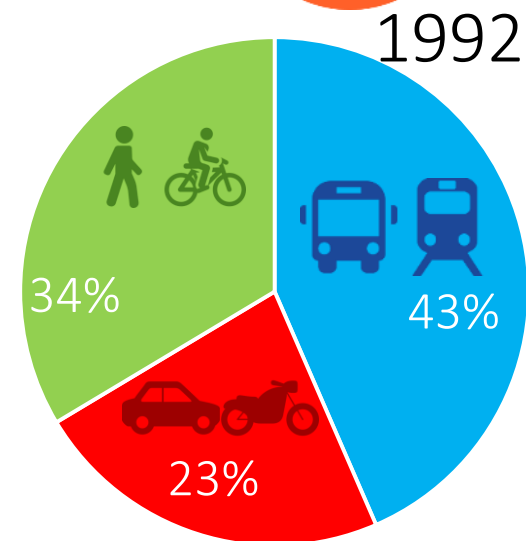
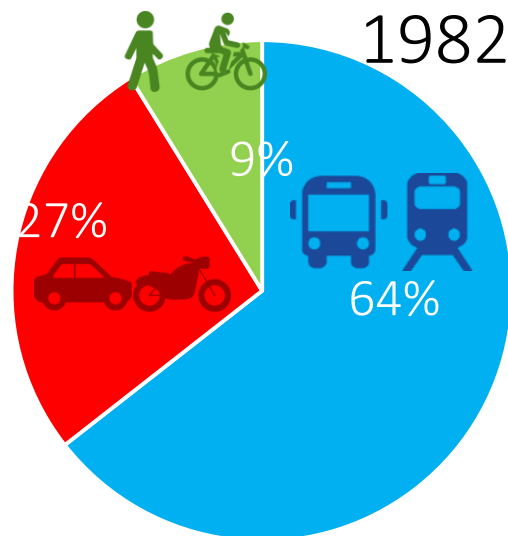
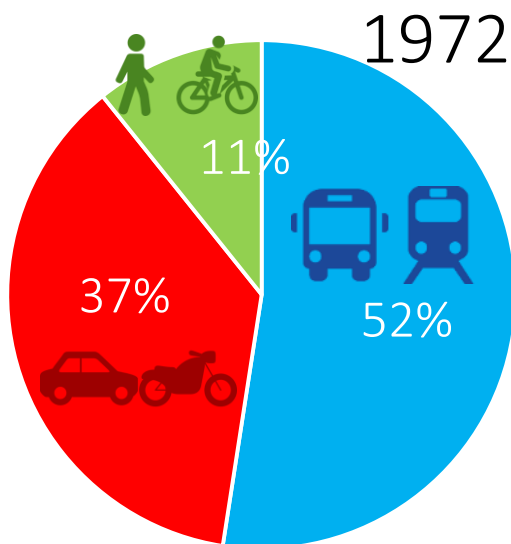
- Frota registrada em Belo Horizonte: 1.117.120 automóveis

Rotativo



- Vagas físicas: 21.272
- Vagas reservadas a pessoas com deficiência: 66
- Vagas para idosos: 293
- Vagas para motofretistas: 374

Divisão Modal



Fonte: Pesquisa OD 2012

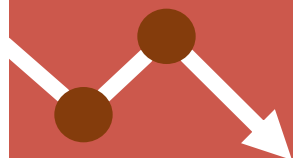
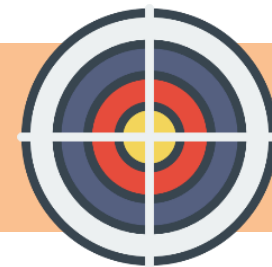
Tendencial



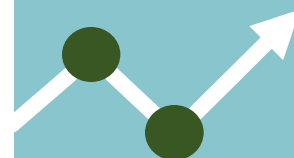
Plano de Gestão da Demanda e Melhoria da Oferta



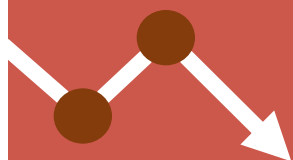
6 Objetivos Fundamentais



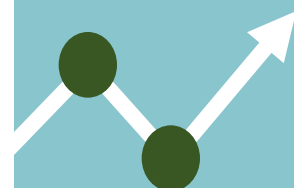
Reduzir o número de mortos no trânsito



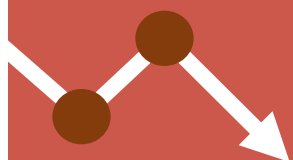
Aumentar o percentual de viagens a pé (ênfase nas viagens até 2km)



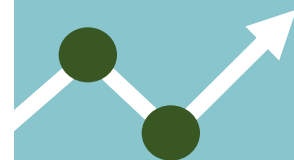
Reduzir a tendência de aumento de emissões de gases de efeito estufa



Aumentar o percentual de viagens de bicicleta (ênfase em viagens até 8km)



Reduzir o crescimento do uso do transporte individual (auto e moto)



Aumentar o atual número de viagens no transporte coletivo

6 Indicadores e Metas



Taxa de mortalidade

(mortos por 100 mil hab – a 30 dias)

2014	2020	2025	2030
10,76	7,53	5,11	3,77

Percentual de viagens a pé

(% de viagens a pé em relação ao total)

2012	2020	2025	2030
34,8%	36,0%	37,0%	38,0%

Emissões de Gases de Efeito Estufa per capita

(Toneladas de CO2 equivalentes/hab)

2013	2020	2025	2030
1,79	1,95	1,95	1,97

Percentual de viagens por bicicleta

(% de viagens por bici em relação ao total)

2012	2020	2025	2030
0,4%	2,0%	4,0%	6,0%

Percentual de viagens em transp. ind. motor. (% viagens carro, moto e táxi/total)

2012	2020	2025	2030
36,8%	34,0%	29,0%	24,0%

Percentual de viagens em transporte coletivo (% viagens ônibus, metrô, fretado, escolar/total)

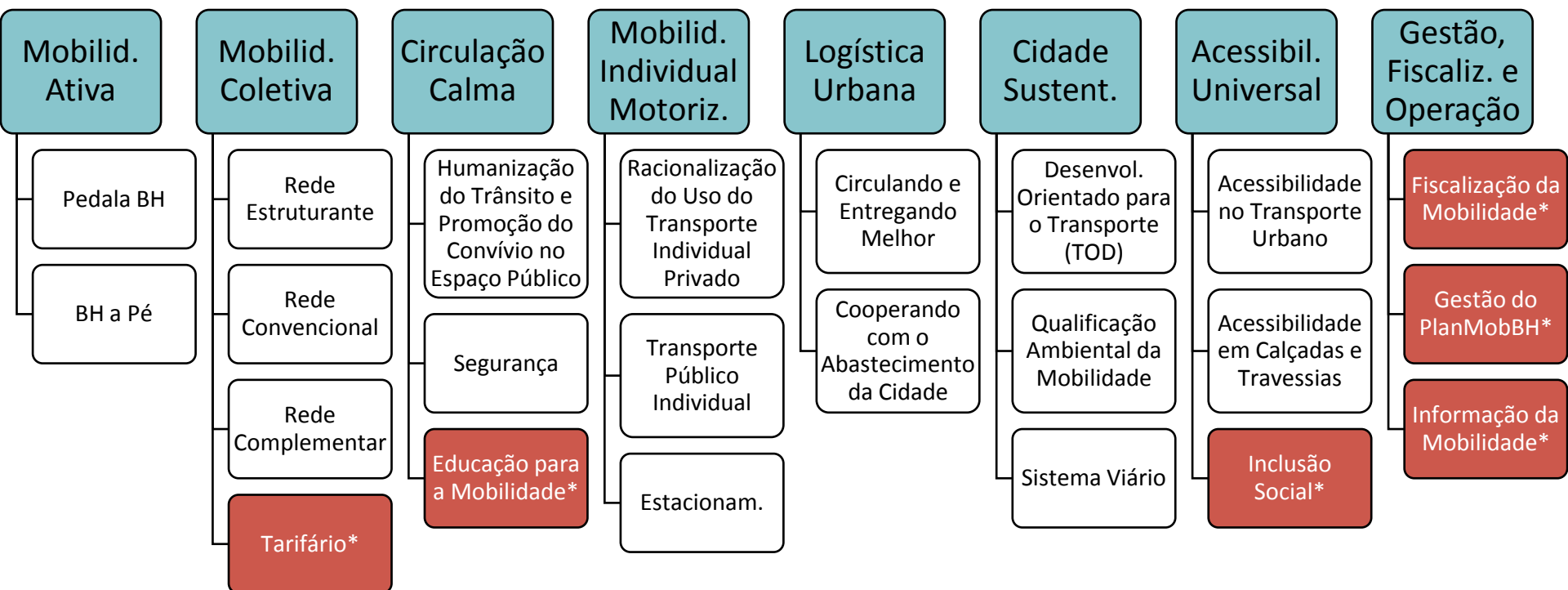
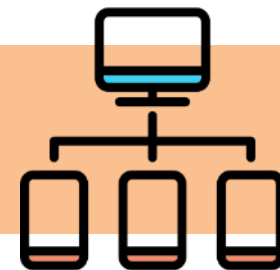
2012	2020	2025	2030
28,1%	28,0%	30,0%	32,0%

MACRO INDICADOR: 95% de Índice de Cumprimento das Metas (ICM) estabelecidas.

8 Eixos

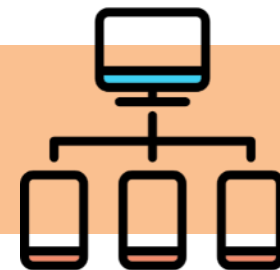


23 Programas



* Programas Transversais

Programa



Mobilidade Ativa

BH a Pé

Pedala BH

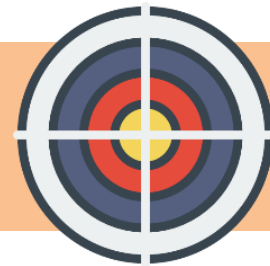
* Programas Transversais

Objetivos:

Dotar a cidade de **infraestrutura** adequada **acessível** para a circulação de pessoas em modos de **transporte ativos**;

Ações nas **vias** (calçadas, travessias e infraestruturas para ciclistas), na **sinalização** (regulamentação e indicativa), **ações educativas** e de incentivo e outras ações que apoiem as medidas.

Indicadores e Metas



% avaliação positiva das calçadas e travessias na Área Central

2015	2030
n.d.	60,0%

% população que vive no entorno da malha cicloviária.

2015	2030
19,7%	90,0%

% de interseções semaforizadas com travessia total para pedestres

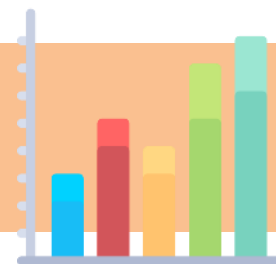
2014	2030
13,6%	100%

% extensão da rede cicloviária implantada em relação à rede viária total.

(ciclovias, ciclofaixas, rotas cicláveis e zona 30)

2015	2030
1,6%	19,2%

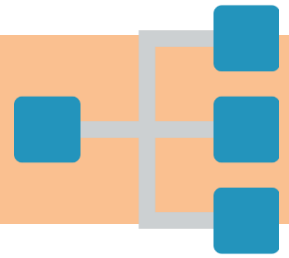
Indicadores-chave



Eixo	Indicadores			
	Objetivos Fundamentais	Eixos	Programas	Total
Objetivos Fundamentais	7	-	-	7
Mobilidade Ativa	-	5	7	12
Mobilidade Coletiva	-	9	16	25
Circulação Calma	-	3	6	9
Mobilidade Individual Motorizada	-	4	7	11
Logística Urbana	-	4	6	10
Cidade Sustentável	-	6	7	13
Acessibilidade Universal	-	5	6	11
Gestão, Fiscalização e Operação	-	2	7	9
Total Utilizado	7	38	62	107
Total Absoluto	7	35	47	89

Eixo	Programa	Medidas					
		Perman.	Curto Prazo	Médio Prazo	Longo Prazo	Total Progr.	Total Eixo
Mob. Ativa	BH à Pé	5	3			8	16
	Pedala BH	8				8	
Mob. Coletiva	Rede Estruturante	1	3	9	5	18	36
	Rede Convencional		4	1		5	
	Rede Complementar	5				5	
	Tarifário		5	3		8	
Circulação Calma	Educação para a Mobilidade	9	8			17	25
	Humaniz. do Trâns. e Prom. do Convívio no Esp. Público	2	3			5	
	Segurança	1	2			3	
Mob. Individual Motorizada	Racionalização do Uso do Transporte Individual Privado	1	2	4		7	26
	Transporte Público Individual	1	10			11	
	Estacionamento		6	2		8	
Logística Urbana	Cooperando com o Abastecimento da Cidade		4			4	14
	Circulando e Entregando Melhor	3	4	3		10	
Cidade Sustentável	Desenvolvimento Orientado para o Transporte	6				6	10
	Qualificação Ambiental da Mobilidade	3				3	
	Sistema Viário	1				1	
Acessibilid. Universal	Acessibilidade no Transporte Público Coletivo	2	4	3		9	12
	Acessibilidade em Calçadas e Travessias		1	1	1	3	
	Inclusão Social (*Medidas em Outros Programas)					0	
Gestão, Fiscaliz. e Informação	Fiscalização da Mobilidade	2	12	2	2	18	36
	Gestão do PlanMobBH	7	3			10	
	Informação da Mobilidade	8				8	
Total Geral		65	74	28	8	175	175

Estrutura



Estrutura

1. Diagnóstico

2. Tendências

3. Gestão da Demanda e Melhoria da Oferta

4. Implantação, Gestão e Monitoramento

5. Relatório Síntese

6. Anexos

6 Objetivos

Reduzir o número de mortos no trânsito

Reduzir o aumento de emissões de GEE

Aumentar o percentual de viagens a pé

Aumentar o uso da bicicleta

Aumentar o número de viagens no TC

Reduzir o crescimento do uso do TI

8 Eixos

Mobilidade Ativa

Mobilidade Coletiva

Circulação Calma

Mobilid. Individual Motorizada

Logística Urbana

Cidade Sustentável

Acessibilidade Universal

Gestão, Fiscalização e Operação

23

Programas

Propostas do PlanMob

Propostas da IV CPMU

Novas Propostas da Revisão do PlanMobBH

Novas Propostas do ObsMob

Anexos (Políticas e Relatórios)

Política de Acessibilidade

Política de Estacionamento

Política Tarifária

Política de Logística Urbana

Política de Segurança no Trânsito

Instrumentos de Controle do Uso de Veículos Particulares

Relatórios LOGIT

Indicadores e Metas



Plano de Implantação, Gestão e Monitoramento

Estrutura do Orçamento



Projeto

- Projetos Executivos
- Estudos
- Consultoria
- Tecnologia
- Educação



Obras

- Infraestrutura
- Trânsito
- BRT's



Manutenção

- Infraestrutura
- Equipamentos



Operacionalização

- Possibilitar a implantação
- Divulgação
- Operação



Desapropriação

- Estações
- Obras de Arte

Estrutura de gestão

Executivo

- Coordenado pelo Diretor de Planejamento
- Gerência de Mobilidade
- Escritório de Projetos

Político

- Comitê Gestor
- Prefeito
- Secretarias Municipais
- Presidente da BHTRANS
- Equipe de planejamento executivo

Controle social

- Observatório da Mobilidade Urbana de Belo Horizonte – ObsMob-BH
- Conselho de Mobilidade Urbana – CoMUrb.
- Comissões Regionais de Transportes e Transito - CRTTs

Gatilho












No plano, os gatilhos são definidos como valores dos indicadores que, se alcançados, serão utilizados para alertar os tomadores de decisão quanto a necessidade de adotar medidas diferenciadas



Planilha de Monitoramento



Indicador 	Meta	Atual 	2018 	2020 	2022 	2024 (2025) 	2026 	2028 	2030 
	Alerta								
	Crítico								
Taxa de mortalidade em acidentes de trânsito (mortos por 100 mil hab., considerando até 30 dias do acidente)		10,76 (2013)		7,53		5,11			3,77
Emissões de gases de efeito estufa (milhões de toneladas de CO2 equivalentes)		4,4 (2013)		5,14		5,41			5,76
Percentual de viagens a pé (em relação ao total de viagens)		34,8% (2012)		36,0%		37,0%			38,0
Percentual de viagens em bicicleta (em relação ao total de viagens)		0,4% (2012)		2,0%		4,0%			6,0%
Percentual de viagens em modos coletivos (em relação ao total de viagens)		28,1% (2012)		28,0%		30,0%			32,0 %
Percentual de viagens em modos individuais (em relação ao total de viagens)		36,8% (2012)		34,0%		29,0%			24%



Planejamento Estratégico





OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

1 ERRADICAÇÃO DA POBREZA

2 FOME ZERO

3 BOA SAÚDE E BEM-ESTAR

4 EDUCAÇÃO DE QUALIDADE

5 IGUALDADE DE GÊNERO

6 ÁGUA LIMPA E SANEAMENTO

7 ENERGIA ACESSÍVEL E LIMPA

8 EMPREGO DIGNO E CRESCIMENTO ECONÔMICO

9 INDÚSTRIA, INOVAÇÃO E INFRAESTRUTURA

10 REDUÇÃO DAS DESIGUALDADES

11 CIDADES E COMUNIDADES SUSTENTÁVEIS

12 CONSUMO E PRODUÇÃO RESPONSÁVEIS

13 COMBATE ÀS ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS

14 VIDA DEBAIXO D'ÁGUA

15 VIDA SOBRE A TERRA

16 PAZ, JUSTIÇA E INSTITUIÇÕES FORTES

17 PARCERIAS EM PROL DAS METAS


OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL



OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

1 ERRADICAÇÃO DA POBREZA 	2 FOME ZERO 	3 BOA SAÚDE E BEM-ESTAR 	4 EDUCAÇÃO DE QUALIDADE 	5 IGUALDADE DE GÊNERO 	6 ÁGUA LIMPA E SANEAMENTO
7 ENERGIA ACESSÍVEL E LIMPA 	8 CRESCIMENTO ECONÓMICO 	9 INOVAÇÃO E INFRAESTRUTURA 	10 REDUÇÃO DAS DESIGNADEDADES 	11 CIDADES E COMUNIDADES SUSTENTÁVEIS 	12 CONSUMO E PRODUÇÃO RESPONSÁVEIS
13 COMBATE ÀS ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS 	14 VIDA DEBAIXO D'ÁGUA 	15 VIDA SOBRE A TERRA 	16 PAZ, JUSTIÇA E INSTITUIÇÕES FORTES 	17 PARCERIAS EM PROL DAS METAS 	 OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

11 CIDADES E COMUNIDADES SUSTENTÁVEIS

até 2030, proporcionar o acesso a sistemas de transporte seguros, acessíveis, sustentáveis e a preço acessível para todos, melhorando a segurança rodoviária por meio da expansão dos transportes públicos, com especial atenção para as necessidades das pessoas em situação de vulnerabilidade, mulheres, crianças, pessoas com deficiência e idosos

OS OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL



Governar
para
quem
precisa



Fazer funcionar com qualidade



Portifólios estratégicos



Qualidade no Transporte
Coletivo: um direito de todos



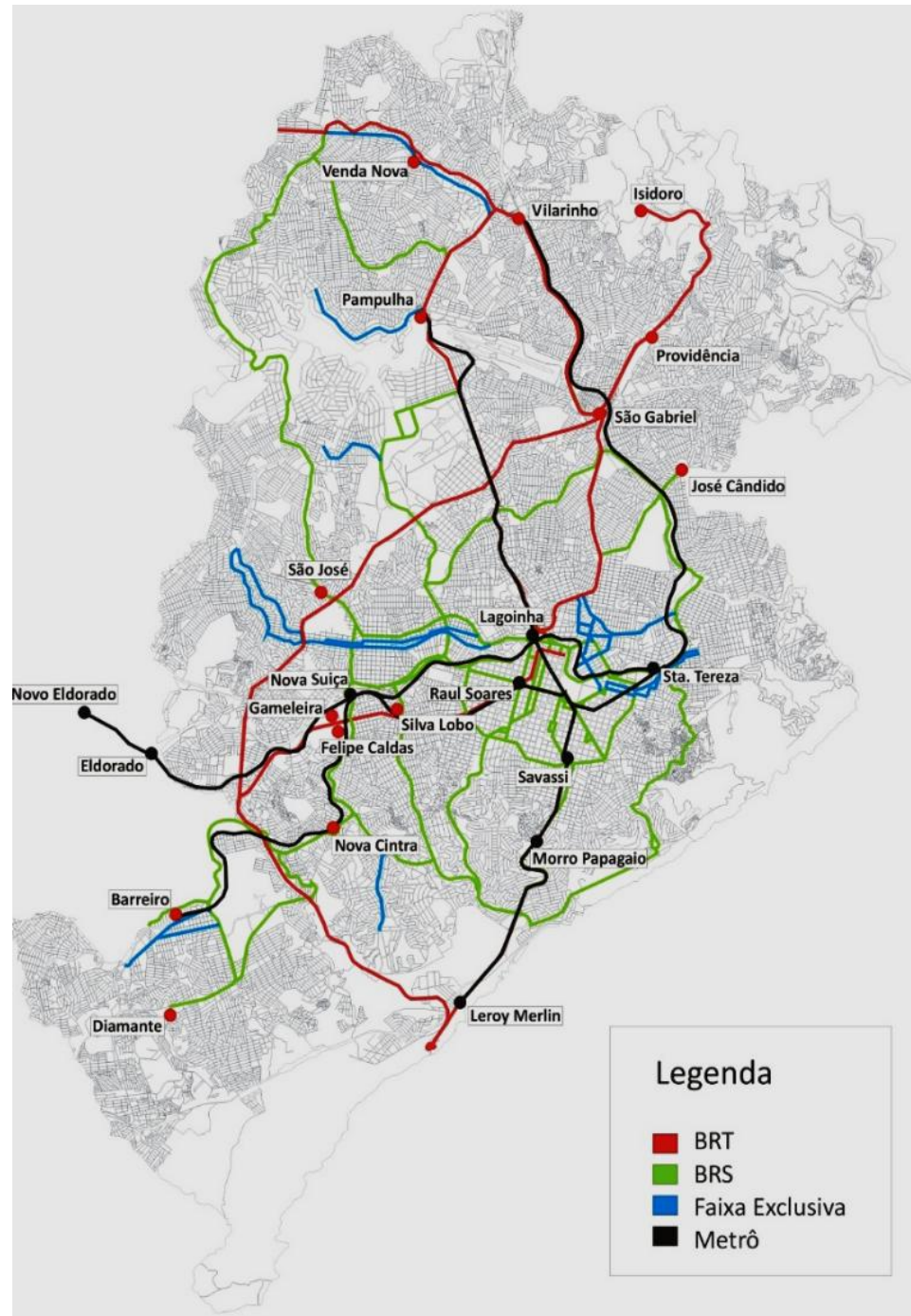
BH Inclusiva, Segura
e Cidadã



Mobilidade: Atendimento,
Operação, Fiscalização e
Modernização Tecnológica

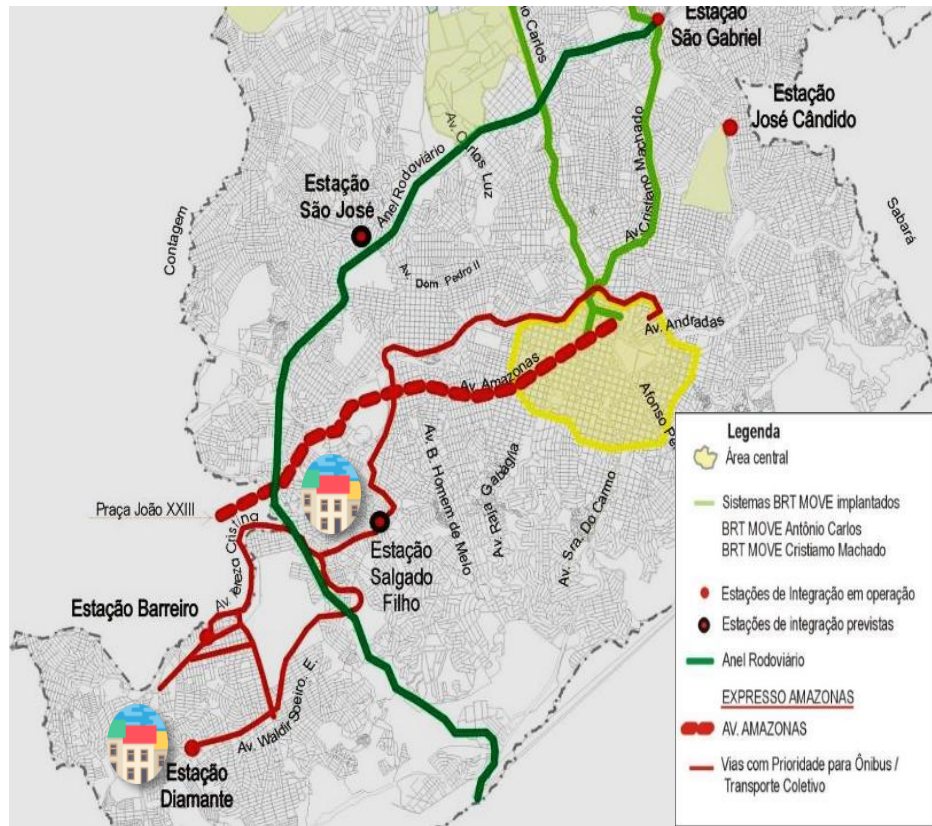



Ampliar as Faixas Exclusivas





Expresso Amazonas



Campanha contra Assédio

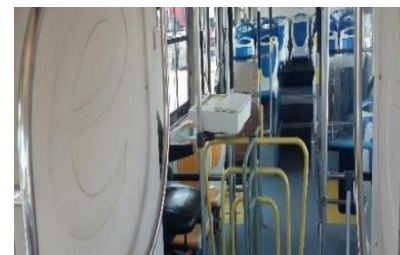


**Botão do Pânico e apito serão
ferramenta contra o assédio
no transporte público**



**PREFEITURA DE BH VAI DISTRIBUIR
10 MIL APITOS**





Piloto
Ônibus
Elétrico



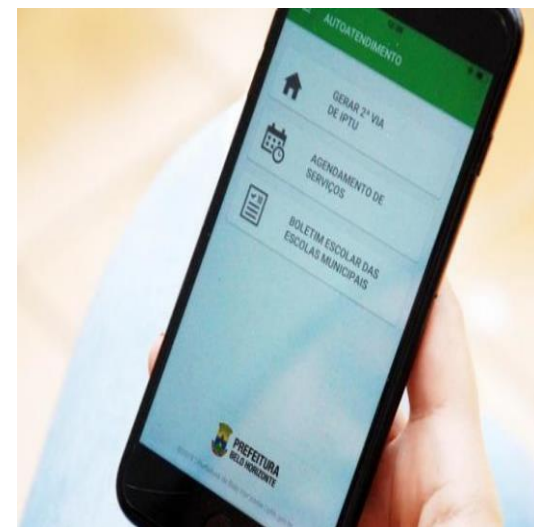


Wi-fi
nas
Estações

A blue and white icon of a tram with a Wi-Fi symbol on its side, set against a green background.

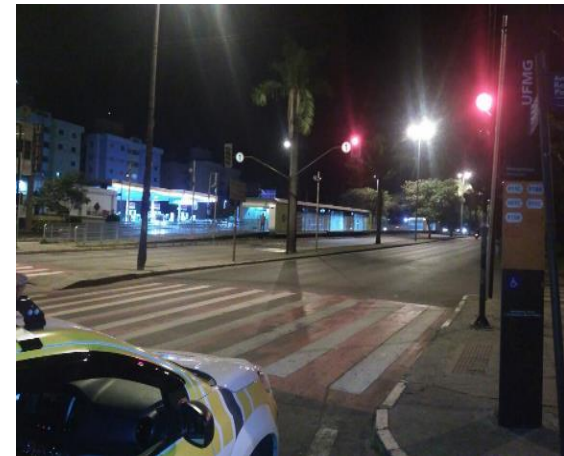
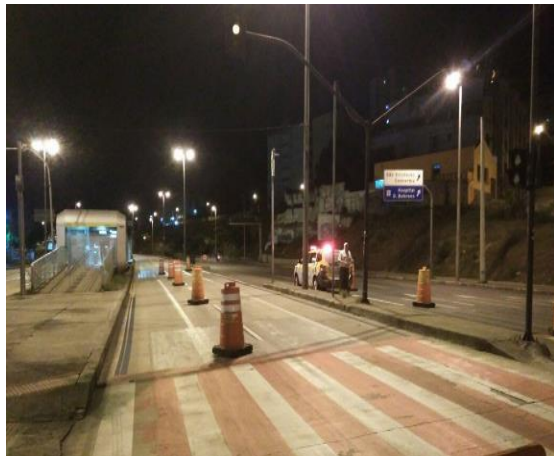


Aplicativo para Reclamações





Aplicativo para Serviço Noturno





Novos abrigos e mais painéis

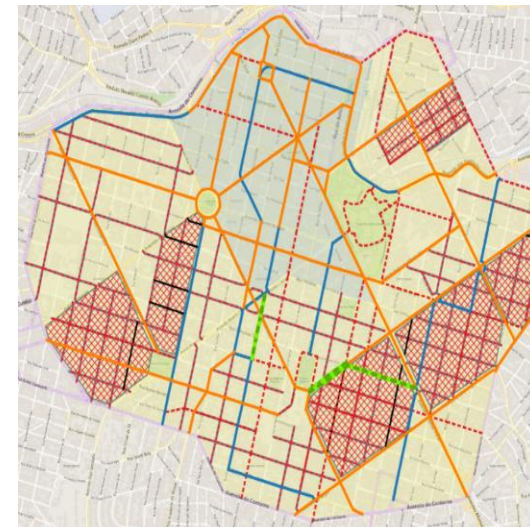
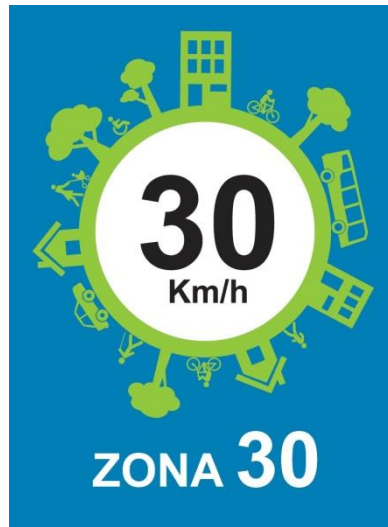
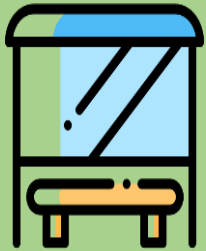


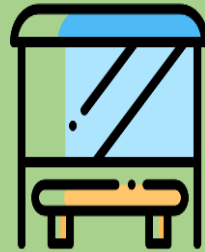
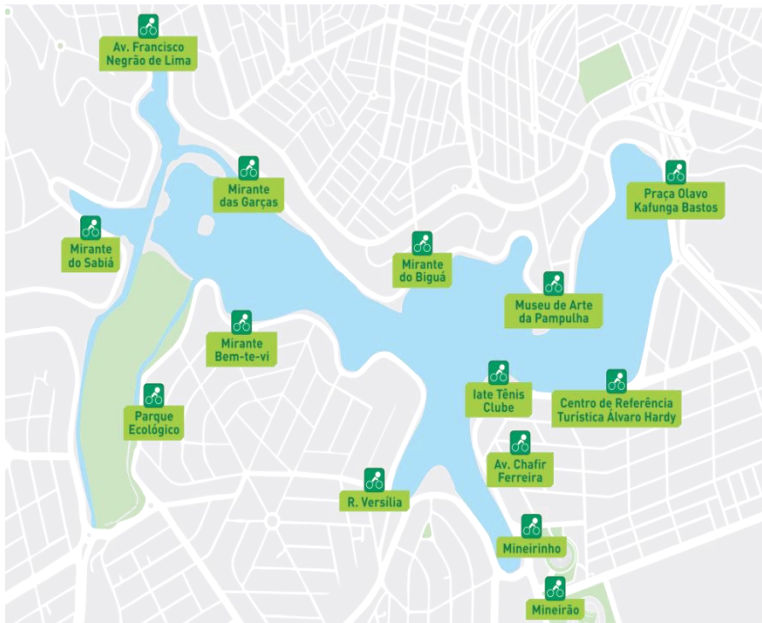


Novas Integrações Metrô/ Suplementar



Zonas
30





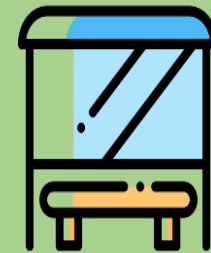
Bicicletas Compartilhadas



Plano de Acessibilidade

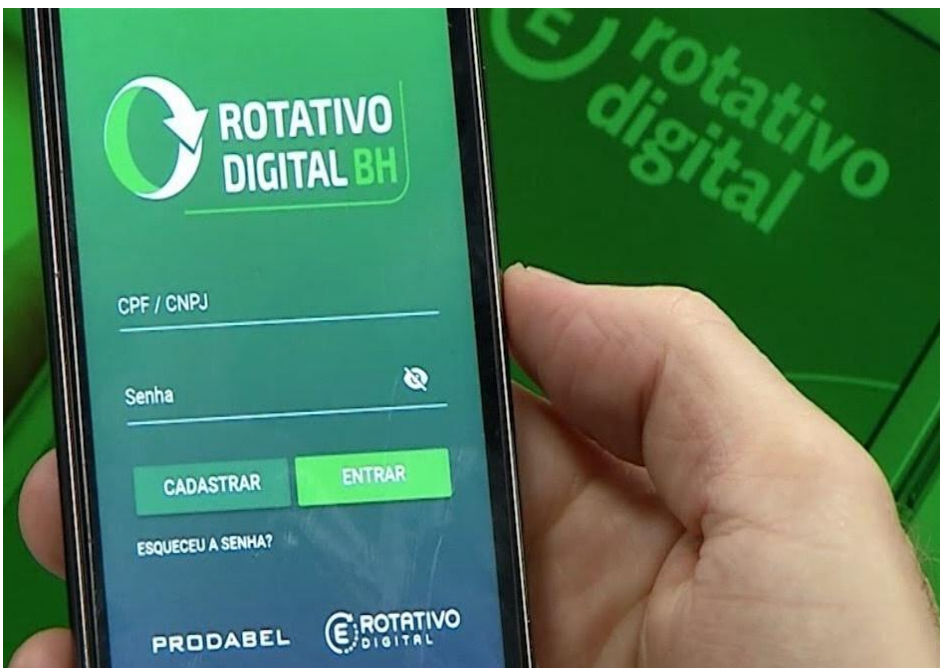
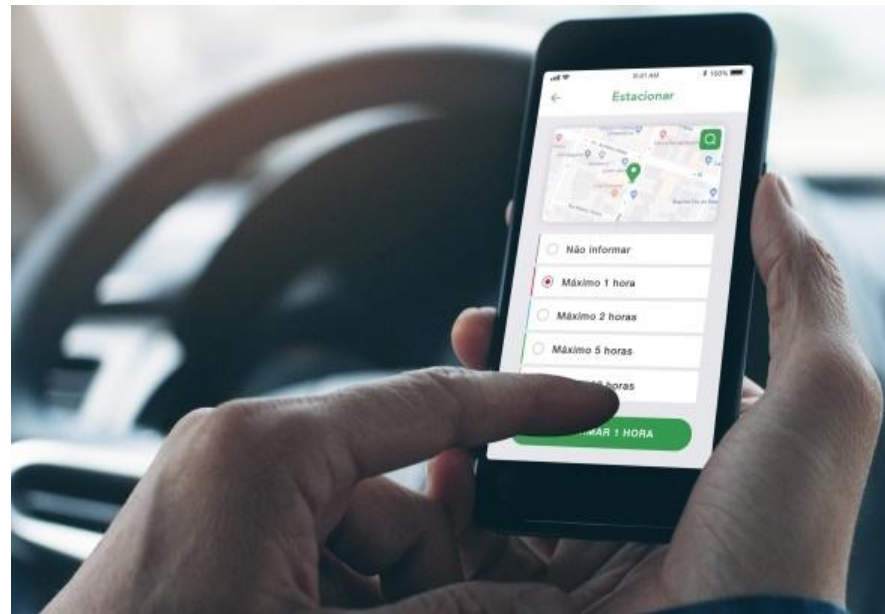


Vida no Trânsito





Rotativo Digital



ROTATIVO DIGITAL

Com os aplicativos credenciados do Rotativo Digital, você compra créditos para usar as vagas de Estacionamento Rotativo da cidade.

Veja os apps credenciados em pbh.gov.br/bhtrans

PREFEITURA
BELO HORIZONTE
GOVERNANDO PARA SIEMPRE

moovit Belo Horizonte e Região

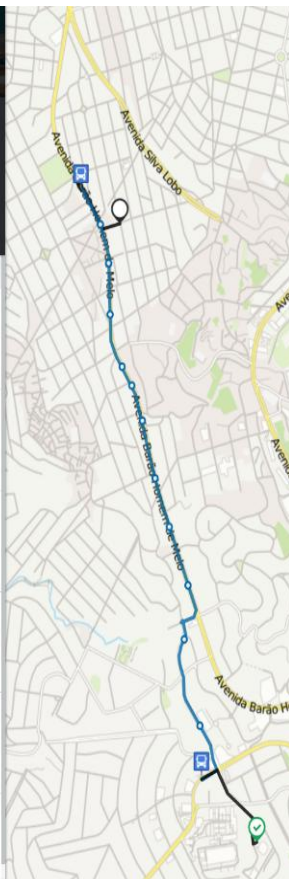
DIREÇÕES LINHAS ALERTAS

Início: Rua Conselheiro Joaquim Caetano 17, Oeste, Bel...
 Fim: BHTrans

Sair agora

Rotas sugeridas

- 31 MIN** - 7 passageiros, 205 veículos
Sai de Av. Barão Homem De Melo, 870 18:33 - 19:03
- 30 MIN** - 7 passageiros, 8208 veículos
Sai em 6:33 min de Av. Barão Homem De Melo, 870 18:42 - 19:11
- 33 MIN** - 12 passageiros, 4150 veículos
Sai em 24 min de Rua Lindolfo De Azevedo, 2020 18:33 - 19:06
- 31 MIN** - 7 passageiros, 205 veículos
Sai de Av. Barão Homem De Melo, 870 18:33 - 19:03
- 30 MIN** - 7 passageiros, 8208 veículos
Sai em 6:33 min de Av. Barão Homem De Melo, 870 18:42 - 19:11
- 33 MIN** - 12 passageiros, 4150 veículos
Sai em 24 min de Rua Lindolfo De Azevedo, 2020 18:33 - 19:06



ACESSIBILIDADE: A | A ALTO CONTRASTE

PREFEITURA BELO HORIZONTE

INÍCIO NOTÍCIAS ESTRUTURA DE GOVERNO SERVIÇOS ACESSO RÁPIDO TRANSPARÊNCIA FALE CONOSCO

INÍCIO TRANSPARÊNCIA TRANSPARÊNCIA

TRANSPARÊNCIA

RELATÓRIOS LAI

- TRANSPARÊNCIA E ACESSO À INFORMAÇÃO
- ESTRUTURA DE GOVERNO
- CONTAS PÚBLICAS
- SERVIDORES
- LICITAÇÕES E CONTRATOS
- CONVÊNIOS E PARCERIAS
- AÇÕES E PROGRAMAS

atualizado em 30/01/2016 | 14:48

LEI DE ACESSO À INFORMAÇÃO
Faça seu pedido

MAPAS, ESTATÍSTICA E INDICADORES
Saiba mais

DADOS ABERTOS
Saiba mais



PREFEITURA BELO HORIZONTE | DADOS ABERTOS

CONJUNTOS DE DADOS ORGANIZAÇÕES ÁREAS TEMÁTICAS SOBRE

ÁREAS TEMÁTICAS / MOBILIDADE URBANA

Conjuntos de dados Fluxo de Atividades Sobre

Pesquisar conjuntos de dados...

17 conjuntos de dados encontrados Ordenar por: Relevância

Mobilidade Urbana
 Rotas informações da gestão e acompanhamento de atividades e de ocorrências relacionadas ao transporte público, trânsito de veículos e de pedestres, tais como: infrações de... e in mais

Transporte Coletivo GTFS
 Dados de transporte coletivo de Belo Horizonte em formato GTFS. O General Transit Feed Specification (GTFS) é um formato padrão aberto para compartilhamento de horários de...

0 Seguidores
 17 Conjuntos de dados

ORGANIZAÇÕES

- BHTRANS (8)
- PRODIDARF (8)
- SMMMA (1)

ÁREAS TEMÁTICAS

- Mobilidade Urbana (17)

ETIQUETAS

- RH/Mac (9)
- Heliponto georeferenciado
- Locais para aterrissagem e decolagem de helicópteros no município de Belo Horizonte.

Dados Abertos

BELO HORIZONTE

CIDADE INTELIGENTE

PREFEITURA BELO HORIZONTE
GOVERNANDO PARA QUEM PRECISA

HACKATHON PBH
IoT, Dados Abertos e Soluções Urbanas
20 a 27 de abril

Observatório da Mobilidade



Criado em 2013 para **MONITORAR** a implementação do PlanMob-BH



AGENDA de Reuniões:

- Grupo Observadores: uma semestral
- Grupo Executivo: uma trimestral



Conta com mais de **60 INSTITUIÇÕES**, entre representantes da sociedade civil, universidade e poder público

CRTT: Espaços DEMOCRÁTICOS



COORDENAÇÃO: BHTRANS



REPRESENTANTES: **ELEITOS** pela comunidade local, em reuniões realizadas na respectiva Regional de Gestão Compartilhada



OBJETIVO: **MOBILIZAR** a população e assegurar a participação da comunidade na **ELABORAÇÃO** das políticas de transporte e trânsito



Políticas Públicas em Debate



Conteúdo Programático:

1. Funcionamento da Política Pública de Mobilidade: estrutura, organização, competências
2. Principais programas de mobilidade desenvolvidos pela Prefeitura
3. **Execução orçamentária da Política de Mobilidade no município de Belo Horizonte**





Obrigada

Ana Paola Amaral Duarte

Coordenadora-chefe do Escritório de Projetos da



PREFEITURA
BELO HORIZONTE